

AMAZÔNIA

Colonização criou geração de deserdados

Projetos dos governos militares para ocupar região amazônica fracassaram na tentativa de fixar agricultores

LUIZ MALAVOLTA
Da Agência Folha, em Rondônia

Vinte e quatro anos depois de iniciado pelo regime militar (1964-1985), o projeto de colonização da Amazônia não conseguiu fixar na terra o grosso dos agricultores trazidos de todo o país e formou uma geração de deserdados.

Pelos dados do Inkra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), menos de 20% dos pioneiros continuam nos projetos agrícolas feitos na década de 70. Cerca de 200 mil famílias foram para a Amazônia nos anos 70 e 80.

A maioria dos assentados abandonou os projetos ou morreu durante o desbravamento, vitimados pela malária, picadas de cobras ou por acidentes nas propriedades.

A reportagem da Agência Folha percorreu mais de 700 km de Porto Velho até o sul do Estado, encontrando o caminho tomado por propriedades rurais abandonadas pelos antigos colonos. A atividade predominante é a pecuária.

Os projetos agrícolas foram iniciados após uma maciça campanha publicitária promovida pelo governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

O objetivo do regime militar era o de ocupar o território amazônico —garantindo as fronteiras do país em uma região rica em recursos naturais, principalmente minérios—, dando a centenas de milhares de lavradores terras que não havia em outras regiões. A maioria dos assentados saiu da região Sul.

Rondônia foi o Estado da Amazônia que mais recebeu colonizadores. O Inkra realizou 100 mil assentamentos na área, envolvendo 500 mil pessoas.

“Hoje, as propriedades rurais já estão nas mãos do terceiro dono. Os pioneiros foram embora. Pelo menos 80% abandonaram as terras”, disse Adhemar da Costa Salles, técnico do Inkra que chegou a Rondônia em 1971.

Salles afirmou que o fracasso dos pioneiros deveu-se à falta de assistência adequada do governo federal aos assentados.

Segundo ele, os colonos eram deixados na floresta e obrigados a viver com a família em barracas de lona, completamente isolados.

Ex-secretário-adjunto de Agricultura do Estado, Salles disse que a disseminação da malária, a falta de estradas para escoar a produção e a baixa produtividade das terras selaram a sorte dos assentamentos.

De acordo com ele, apenas 10% dos 24 milhões de hectares do Estado de Rondônia são agricultáveis. “O resto é constituído de terra ruim, arenosa ou com cascalho. Mas nem isso foi levado em conta na época”, afirmou.

Salles disse que não há contabilização do número de mortes ocorridas nos projetos durante as décadas de 70 e 80.

O único dado disponível é o número de pessoas que contraíram malária em Rondônia —febre infecciosa transmitida pela picada de um mosquito. Em dez anos (71/81), foram 55.430 colonos.

Maria Neusa Reis, que saiu de Curitiba em 1975 com a família para Rondônia, diz que os assentamentos foram um verdadeiro “massacre”. “Eu me lembro que em apenas um mês 42 chefes de família morreram na floresta esmagados pelas árvores durante a derrubada da mata”, afirmou.

“As viúvas se desfizeram das propriedades e retornaram a seus Estados. Quem ficou, teve de sobreviver de outra coisa”, contou Maria Neusa. Ela não quis terras para plantar. Dedicou-se ao comércio. Hoje, é dona de um hotel.

A comerciante mora em Colorado d'Oeste, município com 50 mil habitantes no sul do Estado. A cidade surgiu de um dos primeiros projetos de colonização e fica próxima de Corumbiara, que, na semana passada, foi palco de conflito entre PMs e trabalhadores.



Jurandir Pereira, 38

Natural de Governador Valadares (MG)

- Assentamento: Porto Velho (RO)
- Profissão em Minas: lavrador
- Profissão em Rondônia: vigia

1975
Saiu de Governador Valadares (MG) e foi para Porto Velho (RO)

1992
Foi de Porto Velho (RO) para Colorado d'Oeste (RO)

Sebastião Evangelista do Prado, 53

Natural de Iretama (PR)

- Assentamento: Colorado d'Oeste (RO)
- Profissão no Paraná: lavrador
- Profissão em Rondônia: tentou cultivar 25 hectares de terra que ganhou na área onde hoje existe a cidade de Colorado d'Oeste. Hoje ele e a mulher são balconistas

1976
Saiu de Iretama (PR) e foi para Vilhena e Colorado d'Oeste (RO)

José Celestino Cassim, 40

Natural de Muriaé (MG)

- Assentamento: Pimenteiras (RO)
- Profissão em Minas: lavrador
- Profissão em Rondônia: comerciante

1973
Foi de Muriaé (MG) para Água Doce (ES)

1975
Foi de Água Doce (ES) para Vilhena (RO) e Pimenteiras (RO)

1985
Chegou em Colorado d'Oeste

Usina e cafezal fracassaram

Da Agência Folha

Dois projetos de colonização anunciados pelo presidente Médici em 1971 como “exemplares” não deram certo.

O mais importante era o Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln (Pacal), em Altamira (PA). Estava previsto a instalação de uma usina de açúcar no meio da floresta amazônica.

O Pacal fazia parte do programa Brasil Novo, a primeira agrovila criada na Amazônia para receber as famílias de assentados que viriam do Sul. A usina nunca operou regularmente.

O projeto pertencia à cooperativa Cotrijui, de Ijuí (RS), que recebeu 40 mil hectares do Inkra (equivalente à baía de Guanabara).

A instituição se desfez do negócio dois anos mais tarde ao ter problemas com os índios da região e retirou da área seus funcionários.

O projeto Pacal não existe mais. A empresa tem novo nome e pertence ao Inkra. Chama-se Usina Henrique Dantas e opera com 40% da capacidade prevista.

Outro fracasso foi o do plantio de 200 mil pés de café no município de Boca do Acre (AM). O cafezal foi abandonado pelos agricultores depois que começaram a ter conflitos com os índios apurinã e jamamadã.

O responsável pela Emater em Boca do Acre, Nei Freitas Assis, 42, disse que as terras foram retomadas pela Funai e o cafezal foi engolido pela floresta.

O Inkra distribuiu novas áreas, mas os colonos preferiram criar gado. Hoje, a cidade tem o maior rebanho de bovinos do Estado.

Segundo Assis, são 108 mil cabeças de nelore. “Os assentamentos estão sendo retomados. O Inkra vai distribuir mais de 1.300 áreas com 80 hectares em média. Mas agora só receberá terra quem for da região”, disse.

OS PIONEIROS

“Era mais que uma aventura”

Da Agência Folha, em Rondônia

A família Donadon não se arrepende de ter trocado o rico norte do Paraná, em 76, por Rondônia. Os Donadon são hoje uma das famílias mais importantes do Estado.

Marcos Donadon, 57, morava com a família em Porecatu (PR) na década de 70. Trabalhava na usina de açúcar Porecatu.

Quando o governo começou a distribuir terras em Rondônia, diz, “não pensei muito. Mais que uma aventura, era a nossa oportunidade de ter uma fazenda, coisa impossível no norte do Paraná para nós”.

A família se desfez de tudo o que tinha e comprou uma Kombi. Viajaram Marcos, a mulher, Delfina, o pai Antônio, hoje com 86 anos, e 12 filhos, todos pequenos.

Donadon diz que não tinha ideia do que iria encontrar. Em Vilhena, descobriram que receberiam cem hectares dentro da floresta. Derrubaram a mata e plantaram café. Em 1982, Marcos foi eleito prefeito de Colorado d'Oeste. (LM)

“O governo nos deu o purgatório”

Da Agência Folha, em Rondônia

Mineiro de Aimorés, Sebastião Belmiro dos Santos, 39, está em Rondônia há 19 anos. Veio com a mulher Maria, com quem teve sete filhos.

Nos 42 hectares que recebeu há duas décadas do Inkra, continua plantando. “Sou um dos poucos. Se fosse mais inteligente e tivesse algum dinheiro, só criava gado”.

Santos diz que se sentiu um verdadeiro desbravador quando chegou a Rondônia com 19 anos. “Isso aqui era uma floresta só, com muito bicho e malária”.

Ele afirma que se tornou “homem de verdade” nos projetos de colonização. “Minha vida mudou completamente. Sai de uma casa boa, em Minas, onde morava com os pais, para um lugar de muita lama na época de chuva e muita poeira na seca”, declarou.

Ele reclama da falta de apoio oficial. “O governo prometeu o paraíso, mas nos entregou o purgatório”, declarou. (LM)

“Tive mais de 50 crises de malária”

Da Agência Folha, em Rondônia

Jurandir Pereira chegou a Rondônia com 18 anos. Mineiro de Governador Valadares, inscreveu-se no Inkra para obter uma área de terra. Pouco depois, foi informado de que tinha sido selecionado para receber 40 hectares em Itapuã, assentamento perto de Porto Velho.

Ele chegou a Porto Velho em 75 só com a roupa do corpo e sem dinheiro. “ vim com muita vontade de vencer, de trabalhar duro”.

Diz que, ao chegar à área determinada, ficou com medo da “mata cerrada”. Entusiasmado por coisas de viagem, decidiu iniciar a derrubada da mata.

“Em poucos dias, estava hospitalizado com malária. Quase morri. Tive mais de 50 crises da doença. O médico me proibiu de voltar ao assentamento”, afirma.

Hoje, casado e pai de três filhos, ele se diz “frustrado”. Não conseguiu mais voltar a Minas. Para sobreviver, foi trabalhar como vigia de uma fábrica de farinha. (LM)

“O cafezal morreu, a terra era ruim”

Da Agência Folha, em Rondônia e na Amazônia

O mineiro José Celestino Cassim, 40, chegou a Rondônia com 20 anos, acompanhado do pai, Antônio, hoje com 70 anos, a mãe, Cleusa, e oito irmãos.

Diz que a família tinha uma vida simples em Muriaé, no interior mineiro, mas “não faltava nada”.

Os Cassim trocaram Minas pelo interior do Espírito Santo e depois por Vilhena, em Rondônia.

“Uma vida muito difícil, nos primeiros tempos.” Receberam cem hectares. Derrubaram a mata e plantaram 25 mil pés de café, com financiamento do governo.

“A primeira safra foi uma maravilha. Deu muito café. Mas depois o cafezal morreu. Descobrimos que a terra era muito ruim”.

Ainda assim, até hoje a família Cassim cultiva os cem hectares e mantém uma criação de 220 cabeças de gado. Há sete anos, José Celestino é dono de um restaurante no centro de Colorado d'Oeste.

O sucesso

Culturas nativas recuperam o solo

Da Agência Folha, no Acre

O Inkra e a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) trabalham na recuperação de 800 mil hectares de terras devastadas pela colonização no Acre.

No lugar das pastagens que ocuparam a maioria das terras, são plantadas culturas nativas. As principais são cupuaçu (fruta), pupunha (um tipo de palmito), açai (fruta) e castanha, que existem na floresta antes da colonização.

Segundo o superintendente estadual do Inkra, Raimundo de Araújo, 38, as culturas nativas são a melhor forma de preservar o solo e viabilizar economicamente a área.

“Depois que a floresta foi cortada, descobriu-se que o solo da região era fraco para lavouras como café, arroz, feijão e milho. Logo, as terras viraram pastagens.”

Segundo Araújo, na maior parte do Acre o solo é constituído por argila: “Ele é bom para fazer tijolo”, afirmou. Até agora, foram recuperados 200 mil hectares.

Juiz de RO diz que não aceita ser ‘bode expiatório’

JOSÉ MASCHIO

Da Agência Folha, em Colorado do Oeste

O juiz Glodner Luiz Paoletto, da comarca de Colorado do Oeste (Rondônia), disse ontem à Agência Folha que não aceita ser usado como “bode expiatório” do conflito entre sem-terra e PMs na fazenda Santa Eliana, em Corumbiara (sul de Estado).

Onze pessoas morreram no confronto —dois policiais e nove sem-terra.

A conduta do juiz é questionada pela OAB (Ordem dos Advogados

do Brasil) e Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Paoletto é acusado de dar ordem de despejo mesmo sabendo do risco de conflito armado.

Paoletto disse ter “a consciência tranquila”. Segundo ele, tudo foi feito dentro da lei.

Ele afirmou não temer uma correição (investigação administrativa da Justiça). “Não haverá indícios de que agi ao arrepio da lei”.

O juiz disse que determinou a reintegração imediata “depois que já haviam se recusado a sair da área, não obedecendo mandato

anterior de reintegração”.

No dia 18 de julho, o juiz-substituto Roberto Gil de Oliveira concedeu reintegração de posse ao fazendeiro Hélio Pereira de Moraes, proprietário da fazenda Santa Eliana, de 14 mil hectares.

Oliveira recomendou em sua determinação que a polícia executasse a ordem judicial “com moderação para evitar confrontos, comuns nessas operações”.

“A recomendação anterior, de cautela, já existia. Eu exigi apenas que fosse uma reintegração imediata, porque não queria que a coi-

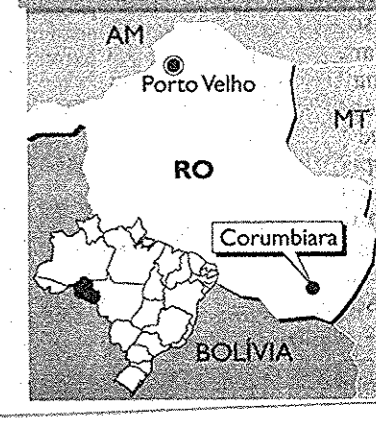
sa se arrastasse por muito tempo”, disse Paoletto.

Ele afirmou que não aceita ser usado “politicamente, como bode expiatório”. Segundo o juiz, “os excessos, se existirem, serão apurados nos inquéritos instaurados”.

Além do inquérito policial instaurado pela Polícia Civil de Rondônia, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, determinou um inquérito policial federal.

Delegados da PF já estiveram na área de conflito e deverão iniciar a coleta de depoimentos dos envolvidos nesta semana.

ONDE FICA



Editoria de Arco/Folha Imagem